



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Collor

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº , DE 2022

Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar como bens essenciais os itens componentes da cesta básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 18-A da Lei nº 5.712, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18-A. Para fins da incidência do imposto de que trata o inciso II do *caput* do art. 155 da Constituição Federal, os combustíveis, o gás natural, a energia elétrica, os itens componentes da cesta básica, as comunicações e o transporte coletivo são considerados bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos;

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo:

.....

§ 2º A composição da cesta básica será definida em bases regionais mediante ato regulamentar.” (NR)

Art. 2º O art. 32-A, da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 32-A As operações relativas aos combustíveis, ao gás natural, à energia elétrica, aos itens componentes da cesta básica, às comunicações e ao transporte coletivo, para fins de incidência de imposto



SF/22519.90346-02



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

de que trata esta Lei Complementar, são consideradas operações de bens e serviços essenciais e indispensáveis, que não podem ser tratados como supérfluos.

§ 1º

.....

III – é vedada a fixação de alíquotas reduzidas de que trata o inciso II deste parágrafo, para os combustíveis, a energia elétrica, o gás natural e os itens componentes da cesta básica, em percentual superior ao da alíquota vigente por ocasião da publicação deste artigo.

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Complementar nº 194, que entrou em vigor em 23 de junho deste ano de 2022, fixou legalmente, para efeitos do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), a obrigatoriedade de considerar como bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo. Dessa forma, finalmente, foi possível dar efetividade ao princípio da seletividade no ICMS em relação a esses itens, o que sempre foi desprezado pelas legislações estaduais e distrital.

O debate sobre a questão foi intenso, dada a perda de arrecadação que a medida representaria aos Estados, ainda que a robustez da arrecadação se desse por um vício do sistema. Felizmente, prevaleceram a justiça e o bom-senso. Não é concebível que o contribuinte seja obrigado a pagar mais imposto em mercadorias e serviços que lhe sejam comparativamente mais necessários ao bem-estar e à sobrevivência em relação a outros que não o sejam. Inegavelmente, serviços e bens que foram contemplados pela LCP nº 194, de



SF/22519.90346-02



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Collor

2022, como gás, energia elétrica, combustíveis, comunicações e transporte coletivo, são itens essenciais para todos. O mesmo se aplica aos itens da cesta básica, aos quais propomos idêntico tratamento.

Incluir a cesta básica entre os itens em que a essencialidade é aplicada para efeitos do ICMS é reduzir a regressividade do imposto. Como se trata de bens e serviços consumidos por todos, mas que pesam mais sobre o orçamento dos mais pobres, a redução da carga tributária decorrente da inclusão da cesta básica como item essencial tem impacto muito mais significativo sobre as camadas mais necessitadas da sociedade.

Para implementar a medida, tomando como base a lista regionalizada de produtos, o projeto acrescenta os componentes da cesta básica ao rol, enunciado no Código Tributário Nacional e na Lei Kandir, de serviços e bens que devem ser considerados essenciais e indispensáveis, e que não podem ser tratados como supérfluos, o que evitará a ocorrência de distorções na incidência do ICMS sobre eles, dando concretude ao princípio da seletividade do ICMS determinado pela Constituição Federal.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO COLLOR



SF/22519.90346-02